



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 4 DE JANEIRO DE 1999

Senhores Presidentes do Peru, Alberto Fujimori; do Paraguai, Raul Cubas; do Equador, Jamil Mahuad; da Argentina, Carlos Menem; Senhor Vice-Presidente da Colômbia, Gustavo Bell; Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Senhores Parlamentares, Senhores líderes; Senhoras e Senhores,

Gostaria de fazer umas poucas reflexões que me parecem que são necessárias, neste momento em que assumo um novo mandato.

Em primeiro lugar, quero agradecer, e muito sinceramente, aos colegas e amigos que fizeram questão de vir de seus países para prestigiar a minha posse. Essa presença é mais uma prova da estima que têm, com relação ao Brasil. Mas para mim, também, é uma grande honra, uma satisfação e um estímulo para que nós continuemos trabalhando juntos.

Quero expressar, pela presença de todos os meus Ministros e Secretários de Estado, que este, também, é um sinal da disposição do gover-

no, para encontrar, em todos os campos, as melhores oportunidades de cooperação no nosso Continente.

Nós, aqui, estamos, sinceramente, entre amigos. É fácil dizer isso, mas é difícil que seja verdade. No caso, é verdade. E isso me deixa muito à vontade para dizer – e sem exagero – que nós construímos, hoje, na América do Sul, um verdadeiro modelo de relacionamento entre vizinhos.

Esse relacionamento está sempre integrado e motivado pelo apego à paz, à democracia e à primazia do Direito. Não é necessário que nós, aqui – sobretudo os Presidentes que estão há mais tempo no exercício do mando, como o Presidente Menem, o Presidente Fujimori – recordemos os casos em que essas *consignas* deixaram de ser *consignas* para serem práticas concretas do nosso exercício na Presidência.

Também queria aproveitar para – ao agradecer as palavras do Presidente Fujimori, como sempre tão generoso, na avaliação do Presidente do Brasil e do próprio País – para recordar, como ele fez, aqui, nesta mesma sala, no dia 26 de outubro passado, que tivemos, realmente, um ato que nos emocionou. Emocionou a ponto de chegarmos quase às lágrimas, pela expressão da vontade de dois países tão queridos, como o Equador e o Peru, que se encontravam aqui, nesta sala, para realizar um acordo de paz, e pela maneira pela qual os dois Presidentes levaram adiante esse processo. O Presidente Menem, eu, o Presidente Frei, o Presidente Clinton, que acompanhamos o tempo todo esse processo de paz, entre o Equador e o Peru, sabemos avaliar, talvez mais do que os demais, o que significou essa transformação e o que significou de despreendimento, de vontade de pôr um ponto final numa questão que há décadas – talvez até mais de uma centena de anos – era alguma coisa que atormentava a convivência entre esses dois países.

Aquela cerimônia teve um significado, certamente, histórico, mas foi, também, uma cerimônia muito emotiva. Porque talvez seja do nosso temperamento latino-americano, nós nunca distinguimos muito claramente os fatos objetivos da História e o esforço pessoal subjetivo. E ouvimos, aqui, as palavras dos dois Presidentes, que foram carregadas de muito afeto, de uma carga emocional muito grande, e que marcavam, à nossa maneira, uma paz que não estava mais baseada apenas – é

necessário que também o estivesse – na conveniência e no interesse nacional, mas que estava, toda ela, marcada por um sentimento, uma vontade, que era comum, de terminar com um problema que poderia perturbar as relações de todo o Continente.

Ora, de uma maneira talvez diferente, nós também assistimos, nesses últimos anos, à consolidação do Mercosul. E agora, há dois ou três dias, ao tomar posse, perante o Congresso Nacional, no meu segundo mandato, eu disse uma obviedade, mas que é muito importante de ser dita: é que o Mercosul, para o Brasil, é a pedra de toque da nossa política externa.

E me apraz dizer isso aqui, na presença dos Presidentes dos nossos países amigos, do Presidente Sarney – que, era Presidente da República quando começou a haver uma aproximação mais forte entre o Brasil e a Argentina – e do Presidente Menem que, esse tempo todo, foi a passarela pela qual a relação entre o Brasil e a Argentina se transformou numa relação de irmandade profunda.

E nós, hoje, assistimos à consolidação do Mercosul com o Paraguai, com o Uruguai. O Presidente Sanguinetti me telefonou e pediu que justificasse a ausência dele – mas, certamente, ele acompanhou isso de muito perto. Nós, hoje, fizemos crescer o Mercosul, acrescentamos ao Mercosul uma relação especial com a Bolívia e o Chile. Também o Presidente Banzer e o Presidente Frei expressaram o sentimento de solidariedade à minha reeleição.

O fato é que nós, hoje, temos, desde o Tratado de Assunção, a convicção tranquila de que o Mercosul é, para cada um dos nossos países, mais do que uma base firme. É também um sentimento continuado de vontade de união, e nós, graças a isso, vamos poder, realmente, marchar mais firmes para a integração hemisférica e para o diálogo com a União Européia.

Não fosse o Mercosul, cada um dos nossos países, isoladamente, teria imensas dificuldades de, nesse momento em que nós temos, simultaneamente, a globalização e esses processos de integração regional, teríamos muita dificuldade de nos colocarmos. Hoje, graças ao Mercosul, estamos avançando nessa direção com muita tranquilidade.

A unidade da América do Sul, hoje, é um processo, portanto, irreversível. E é irreversível porque está baseado em valores que são comuns.

Nós temos interesses, que são comuns, em muitas matérias. Às vezes, discretas, aqui e ali. Mas temos valores que são comuns. E nós, hoje, temos uma grande capacidade de realização.

Graças a esses valores comuns, aos interesses comuns, o que estamos fazendo, na América do Sul, e isso não é obra deste governo, vem de outros governos, vai continuar, é dos governantes aqui presentes, mas é algo de que se deve orgulhar a nossa geração. Uma das coisas que mais me deram emoção, como Presidente da República – antes até, como Chanceler que fui, do Presidente Itamar – foi o acordo que conseguimos fazer com a Bolívia: um gasoduto, para trazer o gás da Bolívia ao Brasil.

Na época em que foi celebrado, havia cinqüenta e poucos anos que se lutava por fazer esse acordo. Pois bem, daqui a poucas semanas, agora, em janeiro, estarei com o Presidente Banzer inaugurando o gasoduto. Inaugurando não quer dizer, simplesmente, que nós vamos ter um tubo, mas o gás passando por esse tubo, chegando a São Paulo, daqui a pouco vai estar no Sul.

Há poucos dias, fui à Venezuela, na fronteira, para inaugurar uma estrada de integração do Brasil com a Venezuela. Ao lado dessa estrada, há uma linha de energia elétrica, que vai trazer a energia do Guri, da Venezuela, para as terras de Roraima, no Brasil. O Paraguai e o Brasil já estão irmanados há muitíssimo tempo, com muitos interesses comuns. E temos, hoje, Itaipu, que nos une indelevelmente. Com a Argentina é a mesma coisa, com o gás, com a energia elétrica.

Enfim, nós hoje temos, realmente, uma geografia econômica que nos une. E há pouco, falando com o Vice-Presidente da Colômbia, que nos dá a honra da presença, em nome do Presidente Pastrana, mencionávamos um outro sonho nosso, que vamos realizar. Se há uma coisa que me deixa contente, quando falei do gasoduto, é que muitos dos meus sonhos antigos, de jovem, depois como Chanceler e agora, como Presidente, estou tendo a alegria de vê-los transformados em realidade. Nós vamos, também, fazer um projeto com a Colômbia, para que possamos ter uma siderúrgica na Colômbia e no Brasil, com o carvão da Colômbia, com os nossos minerais.

E, assim, nós vamos atando, pouco a pouco, o Brasil aos diversos países, como estamos fazendo com o Peru. Quem sabe, amanhã, com o

gás de Camisea. De qualquer maneira existe, já, toda uma integração que se faz, com naturalidade. Para que nós criemos, como estamos criando, um espaço compartilhado de prosperidade, que vá do Cabo Horn até o Caribe. E, portanto, que faça com que este Continente, não só nós, da América do Sul, onde mais facilmente já nos sentimos irmãos, mas também neste Continente Latino-Americano, tenhamos condições para que a integração hemisférica se faça com base numa capacidade efetiva de discutirmos os nossos interesses. E vamos unindo, ao mesmo tempo, o nosso espaço platense, andino, amazônico, sul-atlântico, pacífico e caribenho. Essa é a verdade: nós, aqui, dispomos dessas imensas regiões e, pela sua diferenciação, ao se integrarem, se transformam numa região muito forte.

Quero também lhes dizer que nós podemos, por isso mesmo, influenciar, e de forma decisiva, a agenda internacional. O que nós temos a dizer sobre o desenvolvimento é da nossa responsabilidade e nós não podemos fugir a ela. Mais do que nunca, nós estamos assistindo a isso na humanidade: hoje, a interdependência é uma característica que define o sistema internacional.

Nenhuma região do mundo, nenhum país pode se sentir alheio ao que acontece nos outros países, nas outras regiões. E as coisas se propagam, às vezes para o bem, às vezes para o mal. Tantas vezes, crises ocorridas lá longe acabam se propagando e nos perturbam, no nosso processo de crescimento econômico, no nosso processo de desenvolvimento econômico.

Não podemos ficar alheios a essas crises. Devemos discuti-las, acompanhando o que está acontecendo no mundo todo. E nós devemos, também, influir nesse processo decisório. Temos, ainda, que apresentar as nossas alternativas.

E algumas expectativas internacionais razoáveis, infelizmente, revertem-se, nos últimos tempos, e fomos obrigados a adaptações e a sacrifícios. Temos que consolidar o nosso processo de desenvolvimento, apesar dessa sucessão de crises externas.

O fato de nós, hoje, estarmos cada vez mais unidos, nos leva a reflexões cada vez mais em conjunto, também, sobre esses processos. Não é mais uma

voz isolada aquela que mostra os riscos do que costumo chamar de globalização assimétrica. E não chamo agora, porque essa assimetria tocou-nos mais de perto. Chamo porque existem certos processos que são perversos e que podem afetar as finanças internacionais, num jogo insensato de apostas, que transforma os mercados em cassinos.

A primeira vez que, como Presidente da República, saí do País, quando fui eleito, em 94, fiz uma visita ao Chile, no qual vivi tantos anos e que é tão grato a mim. E lá, no Chile, antes mesmo de eu próprio ter muita noção concreta das transformações que estavam ocorrendo e como elas afetavam o Brasil, exortei a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Cepal, para que discutisse essa questão, que me parecia uma questão fundamental.

É razoável que no mercado ganhe mais quem tem melhores condições de competição, quem produza com maior qualidade e com maior eficiência. Mas o mercado deve remunerar o esforço, o trabalho, a inovação técnica, o espírito empreendedor e não a especulação. E não é bom o sistema no qual se opere apenas com a perspectiva do curto prazo e ganhos imediatos que, às vezes, podem inviabilizar projetos de mais longo prazo.

Nós, aqui no Brasil, temos vencido ataques seguidos contra a estabilidade da nossa economia. Não somos os únicos. Os nossos países irmãos também têm passado por essa dificuldade. E se há um exemplo que demos ao mundo foi o de que resistimos a esses ataques sistemáticos, que têm ocorrido nos últimos anos, e temos tentado sustentar – e vamos sustentar – a nossa capacidade de continuar avançando.

Mas é preciso que os responsáveis pelo mundo percebam que a globalização não é, simplesmente, um fato do nosso tempo. Eu sei que ela é. Eu acho que seria inútil e improdutivo opor-se à globalização por razões, digamos, ideológicas. Não teria efeito nenhum. Mas seria irresponsável não buscar mecanismos para fazer da globalização um fator de promoção do que, realmente, é um valor. E o valor não é a globalização, é o desenvolvimento econômico, é o desenvolvimento social.

Nos últimos tempos, eu diria, mesmo, que as grandes sociedades já superaram os falsos dilemas e que opunham um estatismo extremado

ao culto irrestrito das virtudes de um mercado desregulado. Nós não vivemos mais nessa época. Sabemos, naturalmente, das vantagens da liberdade de competição, dos jogos do mercado. E elas são fundamentais para a produção de riquezas.

Não cabe a ninguém sensato, hoje, imaginar um mundo em que o Estado controle e impeça que exista o mercado como instrumento de sinalização daquilo que deve ser feito. Mas, também, não é possível que isso se realize sem que exista um marco regulatório apropriado.

Nos nossos próprios países é o que nós estamos fazendo. Ao mesmo tempo em que um país como o Brasil abre os seus mercados, aumenta a competição, quebra monopólio, cria agências reguladoras, para permitir o quê? Para permitir que o bem público seja atendido, que o povo seja atendido, que a população sinta os efeitos positivos da competição e não, simplesmente, para que a população sofra apenas os efeitos, eventualmente perversos, da falta de regulação.

Ora, se no plano interno isso já é um fato corriqueiro, creio que no plano internacional nós ainda temos um longo caminho a percorrer. Esse caminho não pode ser, simplesmente, a estimulação de formas iracionais de competição. Tem de ser de formas, o mais possível, racionais, de competição e de movimentação do capital, no plano internacional.

São precisos instrumentos que aumentem a previsibilidade, que promovam os fluxos de investimentos, mas que tenham um sentido produtivo e protejam o trabalho, que constrói o futuro. Uma globalização assimétrica comporta riscos de exclusão e de aprofundamento das desigualdades entre os países e dentro de cada um deles.

Portanto, não é possível, simplesmente, imaginar que a liberdade de competição signifique um contínuo agravamento das desigualdades. Não foi para isso que os fundadores da economia moderna, desde os séculos XVIII e XIX, pensaram na competição. A competição foi pensada como instrumento de alocação mais racional de recursos, que ela, efetivamente, é. Se a alocação for, simplesmente, pela vontade política, pode introduzir desigualdades desnecessárias. É para dar maiores oportunidades de competição, portanto, de igualdade, que se defende a existência dessa liberdade de competição.

É claro, não quero voltar, portanto, a fórmulas simples, que foram insuficientes no passado e que hoje não seriam só improdutivas, seriam ingênuas. Mas acho que é fundamental que a comunidade internacional seja capaz de articular os aspectos comerciais e financeiros da economia, de modo que eles possam atender ao sentimento de desenvolvimento e de justiça.

A razão não tem residência fixa e única, no mercado. Tampouco ela pode encontrar a sua realização em esquemas desequilibrados, nos quais os mercados mais fracos se abrem e os mais fortes se protegem. Não podemos aceitar essa desigualdade, uma visão antiprotecionista mas que supõe um protecionismo dos mais fortes. E a nossa ação, acho que conjunta –, e tem sido a de cada um dos nossos países, tem sido, efetivamente, a de evitar que isso ocorra.

Nós estamos, todos, na América do Sul, mostrando esses desafios e cumprindo o nosso papel, ao mostrar a necessidade de reverter tendências e práticas negativas, que impeçam, precisamente, que o multilateralismo atue, de forma eficiente, para regular as relações comerciais. Nós temos que agir juntos. E, para isso, precisamos provocar as lideranças internacionais, instilar o sentido de responsabilidade e abrir novos caminhos. O Presidente Fujimori falou, há pouco, da necessidade dessa ação conjunta.

O Brasil não tem aspirações de liderar nada, mas tem aspirações de expressar um sentimento que é de cada um, que é um sentimento em que nós temos muito o que dizer, como sul-americanos, nesse processo todo. Também, nós não podemos imaginar que o mundo não seja perceptivo àquilo que acabo de dizer. O Brasil tem que dar o testemunho de que, ainda recentemente, o sistema financeiro internacional se sensibilizou para as dificuldades momentâneas do País e lhe deu um forte apoio. Eu, nesse caso, quero até chamar a atenção para o fato de que líderes mundiais, como Bill Clinton, tiveram posição clara, não só de alertar como de atuar, no que diz respeito à situação brasileira, para mostrar que essa solidariedade tem que existir, em momentos de dificuldades, que são ocasionadas não pelos defeitos inerentes ao funcionamento de uma economia nacional, mas por problemas inerentes a essa

falta de regulação e a esse contágio que está existindo nas economias internacionais. E é verdade, também, que os países mais desenvolvidos, industrializados, se juntaram para dar um suporte ao Brasil.

Acho que também nós não podemos negar – permitam-me, ainda, abusar da paciência das Senhoras e dos Senhores –, nós não podemos deixar de estar atentos a outro aspecto da questão internacional, que não diz respeito diretamente apenas à questão econômica, mas ao campo da política e da segurança, em que nós vimos alguns instrumentos importantes que têm avançado.

É inegável que, no nosso caso, da América do Sul, temos essa vocação de paz e de democracia. Mas, infelizmente, nem todos os casos são iguais à América do Sul, onde o último conflito foi terminado nesta sala, faz pouco tempo. Nós temos assistido, também, com o fim da Guerra Fria, que o sistema internacional, que teve uma oportunidade muito boa para mudar de qualidade, e em que nós vislumbrávamos a emergência de uma nova era, nós vimos, entretanto, que os últimos anos nos impõem uma avaliação mais sombria do que está acontecendo. E existem motivos para preocupação. Eu acho que nós não devemos esconder esses motivos de preocupação.

Sei que houve avanços, grandes, especialmente na consolidação dos direitos humanos, da consciência ambiental, e esforços importantes para combater o crime organizado. Mas a nova ordem internacional ainda é uma planta muito frágil. E ainda existem tentativas, que não são aceitáveis, de burlar o sistema internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa, armas químicas, biológicas e nucleares. E nós não podemos concordar com elas.

E temos autoridade moral para dizer isso. O Brasil e a Argentina foram pioneiros na construção de um novo relacionamento, no que diz respeito à questão nuclear, um entendimento entre o Brasil e a Argentina, e um acordo chamado Quatripartite, que permitiu uma tranquilidade imensa, no nosso relacionamento, porque nós abrimos mão, conscientemente, da utilização da nossa capacidade de conhecimento nuclear para fins militares. Fizemos isso. Podemos, portanto, cobrar dos outros que façam. E, infelizmente, alguns países continuam avan-

çando nessa direção. E há ameaças, que são reais, de guerras químicas e de guerras biológicas.

E nós, ainda, estamos testemunhando manifestações de tendências regressivas, que têm, na lógica do Poder, uma pretensão de se impor aos imperativos do Direito. E não há fundamento válido para qualquer ordem internacional, fora do Direito. Pode parecer uma platITUDE, mas é assim. Se não houver o Direito como pedra angular da ordem internacional, nós vamos ver que o uso unilateral da força acaba corroendo a idéia de um ordenamento jurídico justo, de interação entre os Estados.

Se o unilateralismo e o uso da força forem perseguidos como os princípios que vão ordenar as relações internacionais, a opção racional, a longo prazo, acabará sendo uma aposta no aumento dos recursos que viabilizam o exercício do poder, e não uma aposta na ordem e na normatividade, com fundamento no Direito.

É claro que uma ordem verdadeiramente nova deve ter, como aspecto primordial, a aceitação de instituições multilaterais. Eu acho que a questão relativa ao Conselho de Segurança é fundamental. Se nós não tivermos, na nova ordem, uma instituição que tenha a legitimidade para tomar as decisões para a preservação da paz, fica difícil, porque inexistirá uma fonte de legalidade e de legitimidade para os atos que garantem a paz. E aí passa a haver, de novo, o risco de o futuro ser marcado pelo predomínio da força e não pelo predomínio da razão, da negociação entre os povos.

Não cabe a mim, neste momento festivo, entrar em detalhes, mas há referência suficiente para ver a preocupação que nos assola a todos e verificar a fragilidade das instituições internacionais, na regulação do uso da força, e os riscos que essa fragilidade pode provocar, no que diz respeito ao futuro da ordem internacional.

Nós, no Brasil, sabemos da nossa limitação nessa matéria. Mas nós, também, temos a noção de que, além daquilo que é fundamental, que é o legítimo interesse nacional, para reforçar a nossa credibilidade, na nossa ação, temos que, de qualquer maneira, atuar em conjunto com outros países, tendo uma visão dessa nova ordem internacional, de que nós queremos ser partícipes e queremos ser, realmente, construtores.

Claro, nada disso terá validade, nada disso terá força, se não formos capazes de, dentro dos nossos países, fazermos o que pregamos para fora. Eu acho que isso é algo de que nós temos consciência. E quero lhes dizer que cada um dos nossos países, tanto quanto sei, está empenhado, como nunca esteve, nas mudanças internas, para que possamos ter mais capacidade de falar com clareza e firmeza, no plano internacional. Mudanças internas na mesma direção: da manutenção da democracia, portanto, de uma ordem legítima, da diminuição das diferenças entre as regiões e entre as classes da sociedade.

Sei das dificuldades de tudo isso. E cada um de nós, aqui, sabe. Mas tenho uma convicção, como disse há pouco, quando fui brindá-los, no início do nosso almoço, de que vamos conseguir fazer o que é necessário. E essa convicção deriva do fato de que nós fizemos muito, nas últimas décadas, fizemos muito neste Continente.

Quem conheceu este Continente, como os mais velhos de nós, aqui, todos conhecemos, há trinta ou quarenta anos – não preciso nem falar deste Continente –, quem viu a Europa depois da guerra, quem vê a Europa hoje, quem conheceu esse Continente antes e quem o conhece hoje, volta a ter crença na Humanidade. E os reparos que fiz há pouco, tanto na ordem econômica quanto na questão da ordem política internacional, não os fiz como quem não tem a crença de que as coisas vão melhorar, mas os fiz como quem tem a consciência de que é preciso lutar mais, para que elas melhorem; e de que nós não podemos nos conformar, nem com as desigualdades econômicas, nem com o arbítrio -- nem no plano interno nem no plano externo. Mas o faço com uma enorme convicção de que nós seremos capazes de realizar as transformações.

Creio que os povos, como os nossos, que passaram por tantos momentos de dificuldades, não só de arbítrio como de penúria, e que hoje têm, realmente, um horizonte mais amplo, que hoje têm, como disse há pouco, a esperança ao seu alcance, são povos capazes de instilar, nos seus governantes, a energia necessária, a determinação necessária, para que as coisas mudem para melhor.

E termino dizendo aos Presidentes, ao Vice-Presidente da Colômbia; ao Presidente Mahuad, do Equador; ao Presidente Fujimori, do Peru;

ao Presidente Cubas, do Paraguai; e ao Presidente Menem, da Argentina, que a presença dos Presidentes aqui, da suas delegações, o primeiro encontro do meu Ministério sendo em comum com esses Presidentes, a ausência – mas que é ausência momentânea, suprida pelos telefonemas, pelas mensagens emotivas – do Presidente da Venezuela, dos Presidentes do Uruguai, do Chile, da Bolívia, isso nos dá uma vontade ainda mais férrea de levar adiante as transformações do meu país.

Tenho absoluta tranqüilidade de que nós vamos, diante do quadro que acabei de mostrar, de forma rápida, aqui, nós vamos agir conscientemente, com força, com determinação, com energia. E de que vamos continuar contando com o apoio dos países irmãos. E não tenhamos nenhuma dúvida: esta América foi feita para a prosperidade. Esta América do Sul foi feita para a democracia. Esta América e este povo, desses nossos países, foram feitos para que nós possamos, realmente, avançar. E, quaisquer que sejam as dificuldades, elas são sempre momentâneas. E eu vou encontrar forças sempre no meu povo e no apoio dos países amigos.

Termino saudando, agradecendo de todo o coração a presença de todos e especialmente dos meus colegas que aqui estão.

Muitíssimo obrigado.